

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA – CONEC
32ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2024/2025

1 **ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO**
2 **CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA-CONEC, 2024 A 2024.** Ao nono (9º)
3 dia do mês de Outubro do ano de 2024, às 14h, de forma presencial e virtual na
4 sala de reuniões Caverna, subsolo do Centro Cultural Palácio Rio Negro, sito Av.
5 Sete de Setembro, 1546 - Centro, Manaus - AM, 69005-141. Conforme
6 comunicado circular convocatório enviado no grupo virtual do plenário, em 09 de
7 outubro de 2024, e atingido o quórum mínimo, declaro aberta a 32ª sessão
8 ordinária do conselho estadual de cultura - CONEC. Em virtude das ausências
9 justificadas do presidente e do vice-presidente, e diante dos poderes investidos,
10 como secretário geral, pelo regimento interno deste conselho assumiu a
11 presidência o senhor **PEDRO HENRIQUE SECATTI CACHEADO** conforme
12 determina a Lei nº 5.417 de 17 de março de 2021. Para auxiliá-lo nos trabalhos
13 foram convocados os conselheiros titulares da cadeira de Dança, **MARCOS**
14 **ANDRÉ DURAND** e o representante da Comissão de Educação, Cultura,
15 Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Amazonas
16 **ROBERTO SÁ GOMES** para compor a mesa diretora. **O Secretário Interino**
17 informou que estavam presentes, além dos membros da mesa diretora, os
18 conselheiros com direito a voto, conforme lista anexa. **O PRESIDENTE**
19 expressou sua gratidão e comentou que o tempo era curto e enfatizou a
20 importância de conduzir a reunião de maneira não passional, ressaltando que
21 estavam entrando em uma fase executiva. Explicou que as discussões filosóficas
22 e morais teriam espaço em outro momento, pois havia uma pauta extensa a ser
23 abordada viu ser necessário, ser o mais pragmático possível. Ele ainda se
24 desculpou pelo atraso, informando que estava envolvido na produção do festival
25 de teatro da Amazônia. Deu início aos trabalhos da plenária, informando que,
26 devido à extensa pauta do dia, O EXPEDIENTE E AS PROPOSIÇÕES estavam
27 suspensos. Ele passou à ORDEM DO DIA e pediu ao secretário geral que
28 apresentasse os itens. O secretário geral interino, informou que a pauta inclui: **o**
29 **questionamento sobre a residência dos proponentes para inscrição nos**
30 **editais do Fundo Estadual de Cultura; o Edital Pontos de Cultura; o**
31 **Cadastro Estadual de Cultura; o Cronograma LPG Audiovisual; e a**
32 **convocação da Atrela Consultoria para uma reunião. O PRESIDENTE**
33 agradeceu ao secretário geral e deu início ao primeiro item da pauta: o
34 questionamento sobre a residência dos proponentes para inscrição nos editais
35 do Fundo Estadual de Cultura. Ele suspendeu a moderação pelo prazo de quinze
36 minutos, permitindo que todos se pronunciassem, e concedeu a palavra à
37 assessoria para conduzir as explicações. Propôs cinco minutos para explicações

38 e dois minutos para fala. Ele sugeriu que, durante os dois minutos, o primeiro
39 minuto fosse utilizado para contextualizar a questão e que o segundo minuto
40 fosse reservado para apresentar soluções. **Anne Paiva** iniciou sua fala
41 lembrando que todos receberam uma cópia do memorando que havia sido
42 encaminhado. Ela perguntou se todos conseguiram ler o documento e explicou
43 a razão do questionamento: com base na experiência de editais anteriores, havia
44 recebido denúncias de que algumas pessoas se declaravam residentes no
45 interior, apresentando comprovantes de residência, mas, na verdade, residiam
46 na capital. Ela destacou que, segundo a legislação, se uma pessoa apresenta
47 um comprovante de residência e uma declaração que confirme que mora em
48 determinado local, legalmente ela está considerada residente. No entanto,
49 continuavam recebendo denúncias sobre essa questão. Anne observou que, em
50 reuniões anteriores, a questão da residência dos proponentes também foi
51 levantada. Ela perguntou se os presentes estavam satisfeitos com a forma como
52 o assunto estava sendo tratado ou se havia outra maneira de definir a residência
53 dos proponentes para os editais. **O PRESIDENTE** comentou que, segundo o
54 Código Civil, as pessoas podem ter até 22 endereços, afirmando que isso é o
55 que a lei estabelece. Ele sugeriu que a discussão seguisse com base no Código
56 Civil, mas ressaltou que o objetivo era encontrar uma solução. Propôs a criação
57 de um cruzamento de dados que atualmente não existia. Ele explicou que o
58 problema se dava quando uma pessoa se inscrevia usando um CPF com um
59 endereço diferente do que apresentava como comprovante. Ele exemplificou a
60 situação em que uma mesma pessoa poderia se declarar residente na capital
61 em um projeto e, em outro, afirmar que residia no interior. **Anne Paiva** esclareceu
62 que, em seus editais, as regras são rigorosas. Ela destacou que uma pessoa só
63 pode apresentar uma única informação de residência, pois as informações dos
64 editais são extraídas do cadastro. No entanto, ela apontou que alguém poderia
65 ter um endereço registrado em Manaus e, ao mesmo tempo, apresentar um
66 endereço de Beruri para outros editais, sem violar a lei. **O PRESIDENTE**
67 comentou que a questão da residência é muito relativa e até filosófica, já que
68 uma pessoa pode passar seis meses do ano em um lugar e o restante em outro.
69 Ele destacou que a discussão estava patinando e que era necessário definir
70 claramente a situação. Ele observou que havia pessoas se declarando da capital
71 competindo por editais voltados ao interior e vice-versa, o que tornava a situação
72 ainda mais complicada. Questionou qual seria a solução para evitar esse tipo de
73 confusão, admitindo que não tinha uma resposta pronta. Ele desejou que os
74 próximos debates sobre o assunto fossem mais frutíferos. **O conselheiro André**
75 **Durand** relatou que a questão da residência já estava sendo discutida desde o
76 primeiro mandato de conselheiro. Ele trouxe à tona a questão do domicílio
77 eleitoral, ressaltando que esse também serve como um comprovante de

78 residência. Explicou que candidatos têm prazos para alterar seu domicílio
79 eleitoral para poder concorrer em determinadas localidades, e ele acredita que
80 sua posição anterior foi voto vencido. Ele mencionou o Código Civil, que permite
81 que uma pessoa tenha até três endereços, e expressou preocupação em relação
82 a um proponente que alegou residir em um município, mas frequentemente era
83 encontrado em Manaus. Ele enfatizou a incerteza sobre onde o proponente
84 realmente desenvolveu seu projeto e sugeriu que uma atualização do cadastro
85 de cultura incluísse informações sobre o domicílio eleitoral. Propôs que fosse
86 considerada a emissão de uma certidão declarando a residência do proponente,
87 algo que poderia ser viabilizado pelo Tribunal Regional Eleitoral. **Luciane**
88 **Ituassú** destacou que a questão não se resumia a um voto vencido. Ela explicou
89 que, mesmo com a mudança para considerar o domicílio eleitoral, o problema
90 persistia. Muitas pessoas nascidas no interior mantêm seu domicílio eleitoral lá,
91 mas vivem na capital, sem transferir o título, muitas vezes por questões políticas.
92 Ela observou que isso leva à mesma situação: pessoas que podem residir na
93 capital, mas têm domicílio no interior. Diante das denúncias, o conselho se
94 depara novamente com a mesma problemática. Ressaltou a necessidade de
95 entender como o conselho poderia tomar uma decisão clara para abordar essas
96 denúncias e como apurar a situação, sugerindo que fosse estabelecido um foco
97 nos documentos exigidos para resolver essa problemática. **O conselheiro**
98 **Vanderley Pinheiro** cumprimentou a todos, incluindo conselheiros, suplentes e
99 membros da direção, e compartilhou sua perspectiva sobre a questão da
100 residência. Ele mencionou que muitos artistas alternam entre cidades e, por isso,
101 podem residir em um local durante seis meses e depois se mudar para outro, ou
102 até mesmo para outros estados. Ele reconheceu que, apesar de comprovarem
103 residência, essa situação é volátil e não fixa. Destacou a importância de
104 considerar esses aspectos para não penalizar injustamente artistas que têm a
105 capacidade de comprovar sua residência, mas que passam temporadas em
106 lugares diferentes. Ele pediu que o conselho levasse em conta essa realidade
107 do seu segmento cultural. **O conselheiro Elson Rocha** iniciou sua fala
108 cumprimentando a todos e alinhando-se ao pensamento de André Durant. Ele
109 ressaltou que, embora o cadastro estadual não possa interferir no título eleitoral,
110 a situação apresenta desafios, pois a legislação deve ser respeitada. Destacou
111 que, independentemente das deliberações do conselho, a lei prevalece.
112 Qualquer pessoa que se sentir prejudicada pode recorrer, o que pode resultar
113 em problemas contínuos. Ele também mencionou a possibilidade de má-fé, com
114 pessoas declarando residências que não correspondem à realidade, e
115 questionou a legitimidade de recusar declarações. Ele enfatizou a necessidade
116 de legalidade nas ações do conselho, e que, apesar de propostas como a
117 consideração do domicílio eleitoral, haveria restrições legais, especialmente

118 durante períodos eleitorais. Concluiu que, ao receber denúncias, o foco deve ser
119 na verificação da legalidade e na documentação apresentada, estabelecendo
120 que, se as informações estiverem corretas, não seria necessário aprofundar
121 investigações. **Luciane Ituassú** complementou que, se a consulta ao cadastro
122 do denunciado confirmasse a residência, não haveria necessidade de mais
123 apurações. **O conselheiro André Durand** fez um breve registro da presença do
124 conselheiro Mencius na plataforma online, enfatizando a importância desse
125 registro para a documentação oficial, especialmente considerando que a folha
126 de presença se encerraria no dia seguinte. **O conselheiro Ludimar Kokama**
127 trouxe à tona a questão da residência, ressaltando que, ao morar em Manaus
128 por mais de seis meses, seu domicílio é efetivamente na capital. Ele mencionou
129 a possibilidade de obter uma declaração de familiares no interior, mas destacou
130 que isso não representa a realidade de sua residência atual. Defendeu a
131 importância de focar no cadastro da Secretaria de Estado da Cultura (SEC), que
132 deve refletir a moradia efetiva do proponente, evitando situações em que
133 pessoas que residem em lugares distantes busquem concorrer a editais
134 alegando residência em Manaus. Ele concluiu enfatizando a necessidade de
135 verificar essas situações para garantir a integridade dos processos. **Anne Paiva**
136 comentou sobre uma situação em que um proponente foi contemplado mesmo
137 após uma análise de residência. Destacou que, embora ele tivesse sido
138 considerado não residente, o conselho decidiu que ele deveria continuar a ser
139 contemplado. Ela também se referiu ao edital que estabelece o procedimento
140 para denúncias, que exige que a pessoa se apresente na sede da Secretaria em
141 um prazo de 24 horas. Anne mencionou que esse prazo foi ampliado para uma
142 semana, o que ajuda a resolver situações de pessoas que não residem no Brasil.
143 Contudo, para aqueles que estão em Manaus e alegam morar no interior, essa
144 estratégia parece falha. Questionou a eficácia dessa abordagem, argumentando
145 que, se uma pessoa que reside em Manaus puder facilmente comparecer à
146 Secretaria, isso não resolve a questão da fraude de residência. Enfatizou que o
147 foco deve estar em quem realmente não reside onde declara, especialmente
148 considerando que existem cotas relacionadas ao interior. Assim, ela levantou a
149 preocupação de que a estrutura atual não é suficiente para prevenir fraudes de
150 residência, principalmente no que diz respeito às alegações de moradores do
151 interior que, na verdade, residem em Manaus. Ressaltou que a proposta de
152 reduzir o tempo de resposta para as denúncias pode ajudar a distinguir entre
153 quem realmente reside no interior e quem, de fato, está em Manaus. Ela
154 mencionou que quem consegue chegar rapidamente à sede da Secretaria
155 provavelmente não reside no interior, o que sugere uma possível fraude. Ela
156 também lembrou que, em um edital anterior, conseguiram resolver as fraudes
157 relacionadas a pessoas que não moravam no Brasil. Contudo, ainda faltava uma

158 estratégia eficaz para lidar com aqueles que moram em Manaus, mas declaram
159 um endereço no interior. **O PRESIDENTE** destacou a importância de considerar
160 tanto aqueles que podem estar tentando fraudar quanto aqueles que não têm
161 essa intenção, mas que podem acabar sendo prejudicados pelos procedimentos
162 em vigor. Ele citou o exemplo de um ator nacional que estava gravando em São
163 Paulo e, apesar de ter desenvolvido projetos sociais no Amazonas, enfrentou
164 dificuldades devido a essa situação. Sugeriu que uma solução poderia ser
165 permitir a declaração de até dois endereços: um oficial, que seria o domicílio
166 eleitoral, e um segundo, que seria um endereço provisório ou intermitente. **O**
167 **conselheiro Álvaro Smont** começou sua fala ressaltando a importância da
168 apresentação do comprovante de residência, alinhando-se ao que diz o código
169 civil. Ele expressou preocupações sobre a questão do domicílio eleitoral,
170 mencionando que muitas pessoas residem na capital, mas mantêm seus
171 domicílios no interior por razões políticas. Defendeu que, ao declarar um projeto
172 para o interior, a execução deve ser obrigatoriamente naquele local, o que
173 ajudaria a garantir que não houvesse ocupação de vagas destinadas ao interior.
174 **A conselheira Marly Nogueira** também se manifestou, sugerindo que talvez
175 fosse possível abordar questões de denúncias através dos cadastros existentes.
176 A discussão parece girar em torno da necessidade de uma abordagem que
177 equilibre as realidades dos proponentes com as normas vigentes, buscando
178 evitar fraudes e assegurar que as vagas sejam ocupadas de acordo com as
179 intenções dos projetos. **O conselheiro Wellisson Batista** expressou seu desejo
180 de que sua proposta fosse considerada. Ele sugeriu a inclusão de um indicativo
181 no Cadastro de Cultura que identificasse os proponentes que já haviam sido
182 contemplados com editais ou outras premiações. Ressaltou a importância dessa
183 medida, argumentando que ter essa informação disponível ajudaria na avaliação
184 dos proponentes. Ele fez referência à reunião anterior, onde houve um processo
185 de avaliação e destacou que, ao incluir essa informação no cadastro, seria mais
186 fácil para os avaliadores discernirem entre os proponentes, reconhecendo
187 aqueles que já tinham sido beneficiados anteriormente. Ele enfatizou que essa
188 inclusão poderia fornecer um parâmetro claro e objetivo, facilitando o trabalho
189 dos avaliadores e garantindo uma análise mais justa e transparente. Ao final de
190 sua fala, solicitou a opinião dos demais conselheiros sobre sua proposta.
191 **Luciane Ituassú** iniciou sua fala abordando a situação atual do Cadastro
192 Estadual de Cultura, destacando a complexidade e os desafios enfrentados no
193 estado. Ela mencionou que, em âmbito federal, existe o Mapa da Cultura, e que
194 há uma intenção clara de integrar todos os estados e municípios em um sistema
195 único, mas essa integração ainda não se concretizou. Atualmente, a cidade de
196 Manaus utiliza um sistema contratado, enquanto o estado desenvolve um
197 sistema próprio. Essa disparidade cria contratempos na mensuração de



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

198 recursos, uma vez que as contratações e os desenvolvimentos de sistemas são
199 processos distintos. Explicou que o cadastro sofreu uma atualização recente
200 para atender à Instrução Normativa 10 do Ministério da Cultura, que aborda
201 ações afirmativas. Contudo, ela ressaltou que o cadastro ainda não atingiu o
202 patamar ideal desejado. O principal objetivo do cadastro é torná-lo um recurso
203 acessível para qualquer pessoa que queira consultar os artistas disponíveis na
204 região. No entanto, qualquer alteração nesse sistema demandaria uma
205 atualização, o que poderia interromper as inscrições em andamento e dificultar
206 o acesso dos usuários. Destacou que, apesar de o cadastro ser elogiado
207 nacionalmente como um modelo a ser seguido, ele ainda precisa de melhorias
208 significativas para atingir sua plena funcionalidade. Ela enfatizou que, para essas
209 melhorias, é necessário fazer investimentos, e que, atualmente, o cadastro vem
210 sendo mantido com recursos do estado. Essa situação levanta a questão da
211 eficiência do uso de recursos públicos: se um investimento será feito em um
212 cadastro que ainda não se sabe se será integrado ao sistema nacional, isso não
213 parece vantajoso. Usou a expressão "Mato sem cachorro" para descrever a
214 dificuldade em decidir sobre o futuro do cadastro, pois não se pode investir em
215 algo cuja utilidade a longo prazo é incerta. Por isso, a recomendação da
216 assessoria da Secretaria de Estado é manter o cadastro na sua configuração
217 atual. Ela também mencionou que o secretário geral que se está presidindo a
218 reunião poderia corroborar essa avaliação. Relatou as dificuldades em agendar
219 uma reunião com o Ministério da Cultura para discutir a integração do cadastro,
220 enfatizando que a base de dados atual contém mais de 7.000 registros de
221 artistas. Mobilizar esses artistas para um novo cadastro junto ao âmbito federal
222 seria um grande desafio. Ela concluiu que, neste momento, a melhor abordagem
223 é não realizar alterações no cadastro, priorizando sua manutenção e a busca por
224 melhorias futuras, quando as condições forem mais favoráveis. **O PRESIDENTE**
225 reconhece a importância das mudanças propostas para o Cadastro de Cultura,
226 mas destacou que qualquer alteração precisa ser bem planejada e
227 implementada de forma unificada. Ele sugeriu que, neste momento, seria mais
228 prudente manter o cadastro como está e utilizar o período de avaliação dos
229 próximos editais para coletar dados sobre o que está funcionando e o que não
230 está. Ele enfatizou a necessidade de compreender as falhas existentes,
231 mencionando a importância de identificar problemas como fraudes e dificuldades
232 de uso, para que, posteriormente, possam ser feitas melhorias. Para isso, pediu
233 aos conselheiros que elaborassem um backlog de possíveis bugs e outras
234 questões que estão dificultando o funcionamento do sistema. Também fez uma
235 analogia ao desenvolvimento de software, lembrando que até mesmo grandes
236 empresas, como o Facebook, enfrentam desafios para implementar mudanças
237 rapidamente em sistemas já em funcionamento. Ele ressaltou que fazer

238 alterações significativas em um sistema de cadastro exige tempo e tecnologia,
239 recursos que atualmente não estão disponíveis. **O conselheiro André Durand**
240 trouxe à tona uma série de preocupações sobre a gestão do Cadastro de Cultura.
241 Ele iniciou mencionando a dificuldade em identificar quem faz parte da comissão
242 responsável pelo cadastro, afirmando que, até o momento, essa informação não
243 havia sido acessível. Durante uma reunião anterior, foi orientado que as
244 informações não seriam perdidas, mas, ao contrário, muitas foram de fato
245 extraviadas. Ele então relatou uma situação específica em que um proponente
246 teve problemas para atualizar seu comprovante de residência. Para acessar
247 essa atualização, o sistema exigia que ela indicasse se estava oferecendo algum
248 tipo de serviço, o que tornava o processo inviável. Essa complexidade no sistema
249 gerava confusão e dificultava o trabalho dos proponentes. Enfatizou que o que
250 se pedia não era a inclusão de novas abas no sistema, mas sim a simplificação
251 das atualizações já requeridas, permitindo que os usuários pudessem atualizar
252 várias informações de forma mais integrada. Ele citou uma experiência pessoal
253 em que, ao tentar atualizar sua etnia para "pardo", foi impossibilitado de fazê-lo
254 porque o sistema exigia comprovação da condição, levando-o a deixar a
255 informação errada no cadastro. O conselheiro também destacou a diferença de
256 acesso e suporte entre os moradores da capital e aqueles do interior, onde a
257 situação parecia ser ainda mais complicada. Ele pediu compreensão sobre as
258 dificuldades enfrentadas por aqueles que tentam enviar projetos e atualizações,
259 muitas vezes sem sucesso, e solicitou que a situação fosse levada em
260 consideração nas discussões sobre o cadastro. Continuou sua fala abordando a
261 frustração dos proponentes ao tentarem acessar o cadastro, ressaltando que
262 muitos não conseguem completar suas atualizações. Ele destacou a dificuldade
263 de navegação no sistema, mencionando que, mesmo ao abrir o cadastro, há
264 barreiras que impedem os usuários de avançar. Ele chamou a atenção para um
265 procedimento em que, ao tentar acessar uma aba específica para salvar seus
266 projetos, os proponentes enfrentam complicações. A situação, segundo ele,
267 requer uma maior sensibilidade da equipe responsável. Pediu que a
268 administração do cadastro levasse em conta essas dificuldades e se mostrasse
269 mais receptiva às necessidades dos usuários, buscando soluções que
270 facilitassem o acesso e a atualização de informações. Ele enfatizou a
271 importância de ouvir as demandas da comunidade cultural e de fazer as devidas
272 adaptações para melhorar a experiência dos proponentes no sistema. Expressou
273 sua frustração em relação à dificuldade de acesso e à precisão das informações
274 disponíveis no sistema de cadastro. Ele mencionou o cansaço acumulado após
275 várias tentativas de analisar projetos e confrontar dados, destacando a
276 complexidade do processo de pesquisa em editais. Ele ressaltou a importância
277 de ter informações precisas sobre os artistas e suas obras, especialmente em

278 relação aos contemplados pela Lei Aldir Blanc. André pediu que fosse facilitada
279 a identificação desses proponentes, enfatizando que essa medida ajudaria não
280 apenas na avaliação de novos projetos, mas também na melhoria da
281 transparência e eficiência do sistema. Ele fez referência a discussões anteriores
282 com a doutora Anne, reforçando a necessidade de um sistema que permita
283 acesso mais fácil e rápido a dados relevantes. Destacou a necessidade de
284 informações precisas sobre os artistas no sistema de cadastro, expressando sua
285 frustração e cansaço após analisar diversos projetos e confrontar dados. Ele
286 lembrou uma conversa anterior com a doutora Anne sobre a importância de
287 identificar todos os contemplados pela Lei Aldir Blanc, já que isso exigia uma
288 pesquisa minuciosa tanto no município quanto no estado. Ele enfatizou que essa
289 identificação ajudaria a facilitar o trabalho de análise de novos projetos, evitando
290 retrabalho e ineficiências. **O conselheiro Vanderley Pinheiro** compartilhou sua
291 experiência como usuário do sistema de cadastro e destacou as dificuldades
292 enfrentadas por alguns artistas que buscam suporte. Ele observou que, embora
293 o sistema possa parecer burocrático e desafiador, há uma variedade de
294 habilidades entre os usuários. Enquanto alguns têm facilidade com informática,
295 outros não. Mencionou que, em média, o sistema atende satisfatoriamente, mas
296 há detalhes que podem causar frustração, como campos obrigatórios que, se
297 não preenchidos corretamente, resultam em erros e perda de dados. Ele
298 ressaltou que é fundamental que os usuários tenham alguma familiaridade com
299 o sistema para evitar esses problemas. Ele também expressou sua gratidão às
300 doutoras Anne, Luciane e Dean, reconhecendo o apoio que eles oferecem a
301 aqueles que têm dúvidas ou dificuldades. Para finalizar, sugeriu a necessidade
302 de montar uma estrutura mínima, semelhante àquela utilizada durante a primeira
303 edição da Lei Aldir Blanc, para melhor atender os usuários e suprir as demandas
304 do sistema, enfatizando que a sala atual pode estar um pouco inadequada para
305 isso. **O conselheiro Wellisson Batista**, após ouvir as explicações da doutora,
306 expressou que agora compreende melhor a situação atual do cadastro e a
307 importância da verificação e atualização do sistema. Ele reconheceu que, neste
308 momento, não é viável realizar mudanças devido aos editais em andamento, que
309 poderiam ser prejudicados por qualquer alteração. Sugeriu que a pauta fosse
310 retomada em três meses, no início do próximo ano, para que pudessem discutir
311 as melhorias necessárias com base nas informações coletadas até lá. Ele
312 finalizou sua fala declarando que considerava encerrada a discussão sobre essa
313 pauta, agradecendo a todos pela participação. **Luciane Ituassú** expressou sua
314 gratidão ao conselheiro Wellisson pelo reconhecimento de que este não é o
315 momento mais viável para alterações no cadastro. Ela ressaltou a importância
316 da experiência adquirida com os editais atuais, conforme mencionado pelo
317 conselheiro Pedro, que também é o secretário e presidente. Propôs que, em três

318 meses, eles comecem a discutir a atualização do cadastro, sugerindo que a
319 equipe utilize esse tempo para coletar feedbacks dos fazedores de cultura. Essa
320 coleta de informações seria crucial para identificar os pontos que necessitam de
321 melhorias. Ela enfatizou a relevância de documentar essas discussões e
322 sugestões, para que haja um registro claro das necessidades e propostas que
323 surgirem durante esse período. **O conselheiro André Durand** completou a fala
324 anterior, levantando uma questão sobre a documentação exigida no cadastro.
325 Ele apontou que, atualmente, é necessário anexar uma carta de anuência de
326 cada pessoa envolvida em um projeto, o que pode ser excessivo. Ele sugeriu
327 que fosse adotado um modelo mais simplificado, similar ao que é feito em outros
328 municípios, onde uma única carta de anuência, assinada por uma pessoa que
329 represente o coletivo ou grupo, seria suficiente. Também mencionou a confusão
330 que surgiu quando uma pessoa se deparou com a necessidade de fornecer essa
331 declaração, e pediu que fosse explicada a razão por trás da solicitação de
332 informações adicionais sobre a identidade racial, como se a pessoa é negra,
333 parda ou indígena, nos anexos do cadastro. **Anne Paiva** explicou a necessidade
334 de os proponentes se declararem como pardos, negros ou indígenas no cadastro
335 estadual de cultura. Essa informação é crucial para a verificação de cotas, já que
336 somente aqueles que se identificam como pertencentes a esses grupos podem
337 concorrer a elas. Para isso, é necessário apresentar a documentação que
338 comprove essa identidade. **O PRESIDENTE** interveio, ressaltando que a
339 discussão sobre a burocracia do sistema e a necessidade de clareza nas
340 instruções para a população é recorrente. Ele destacou que, no momento, o
341 governo do estado do Amazonas está implementando um cadastro com suporte
342 presencial, onde uma pessoa auxiliará os usuários. Ele enfatizou que a
343 burocracia imposta pela Sefaz e outros órgãos é parte do processo atual, e que
344 quem deseja se inscrever no cadastro deve estar ciente dessa realidade. A
345 sugestão de discutir mudanças no sistema de cadastro foi reconhecida, mas o
346 presidente deixou claro que não é possível realizar alterações agora, uma vez
347 que os editais já estão em andamento. Ele propôs que uma comissão se reúna
348 anualmente para avaliar o cadastro e as melhorias necessárias, sugerindo que
349 a próxima discussão sobre o tema ocorra em janeiro. **Thiago Hermido** abordou
350 a importância da familiaridade com as ferramentas de cadastro, alinhando-se ao
351 ponto de Vanderlei sobre a necessidade de uma compreensão adequada para
352 um bom uso dessas plataformas. Ele destacou que a falta de continuidade real
353 entre os diferentes sistemas de cadastro — como os usados nas edições da Lei
354 Aldir Blanc, na Lei Paulo Gustavo e, agora, na PNAB gera desafios significativos
355 para os usuários. Essa rotatividade dificulta a adaptação e a fluência no uso das
356 ferramentas. Para solucionar essa questão, sugeriu a implementação de uma
357 linguagem única nos sistemas de cadastro, o que, segundo ele, poderia reduzir

358 as incertezas enfrentadas pelos proponentes ao longo do processo. Em seguida,
359 propôs que a sala online da PNAB, atualmente dedicada a tirar dúvidas sobre
360 editais, fosse reformulada para se concentrar no letramento sobre os sistemas
361 de cadastro. Ele observou que muitos participantes demonstram mais interesse
362 em aprender a preencher planilhas e utilizar o sistema do que em discutir os
363 editais em si. Além disso, sugeriu a realização de mais reuniões online e escutas
364 públicas voltadas especificamente para esclarecer dúvidas sobre o cadastro e
365 seu funcionamento. Ele acredita que essa estratégia não apenas facilitaria a
366 compreensão dos usuários, mas também fortaleceria a colaboração entre todos
367 os envolvidos, especialmente durante as atividades planejadas para o calendário
368 e nas visitas ao interior do estado. Essa abordagem proativa, segundo ele, seria
369 uma forma eficaz de atender às necessidades dos fazedores de cultura e
370 aprimorar o uso das ferramentas disponíveis. **Luciane Ituassú** começou sua fala
371 refletindo sobre uma colocação do conselheiro Pedro que foi “Não preciso ver o
372 copo meio vazio, preciso enxergá-lo como meio cheio”, que a inspirou a adotar
373 uma perspectiva mais positiva. Ela enfatizou a importância de ver o copo como
374 meio cheio, em vez de meio vazio, ao abordar os desafios enfrentados.
375 relembrou o sistema utilizado no ano anterior, que recebeu um feedback
376 negativo. Em contraste, destacou que este ano foi implementado um novo
377 sistema, mais didático e acessível para os fazedores de cultura. Ela sublinhou a
378 importância de manter cautela neste momento, incentivando todos a observarem
379 as devolutivas e sugestões recebidas. Propôs compilar essas informações para
380 que, no próximo ano, a equipe possa trabalhar na execução de melhorias
381 concretas. **O conselheiro André Durand** iniciou sua fala solicitando autorização
382 para alterar a ordem da pauta da reunião. Ele sugeriu que o cronograma do edital
383 de LPG Audiovisual fosse discutido por último, priorizando a convocação da
384 Atrela Consultoria e, em seguida, o planejamento das ações da PNAB. **O**
385 **PRESIDENTE** confirmou que essa discussão estava prevista no memorando,
386 mas não havia sido incluída no roteiro da reunião, o que causou a confusão.
387 Após a explicação, o conselheiro André pediu que fosse realizada uma votação
388 sobre a nova ordem dos tópicos. Ele solicitou que aqueles que concordavam
389 com a inversão permanecessem como estavam. A votação foi unânime, com
390 todos os presentes concordando com a proposta. Assim, ficou decidido que a
391 reunião seguiria com a convocação da Atrela Consultoria, seguida pelo
392 planejamento das ações da PNAB, e, por último, a discussão sobre o
393 cronograma do LPG Audiovisual. **O presidente** iniciou sua fala pedindo que a
394 assessoria enviasse um convite ao ManausCult e ao Concultura para uma
395 reunião marcada para segunda-feira, das 14h às 16h, onde seriam discutidas as
396 ações coordenadas da PNAB. Ele fez um resumo sobre a formalização da
397 Comissão Intergestora de Cultura, que foi instalada recentemente. Na reunião,

398 estiveram presentes representantes de diferentes entidades, incluindo o
399 ManausCult e o Concultura, além de três assessores do estado. Ele explicou que
400 essa comissão tem como objetivo se preparar para a futura colaboração nas
401 comissões tripartites do Sistema Nacional de Cultura, que envolve o governo
402 federal, estadual e municipal. O presidente ressaltou que, apesar de ter chegado
403 tarde à reunião, foram discutidos pontos importantes sobre a preparação e o
404 desenvolvimento das ações culturais. Marcelo, representando o Ministério da
405 Cultura, foi designado como ponto focal, enquanto o presidente se tornou o ponto
406 focal para o conselho, com Thiago Hermido na Secretaria Estadual de Cultura e
407 Economia Criativa. As reuniões da comissão ocorrerão a cada 15 dias, e é
408 desejável que todos participem, com a expectativa de que uma das reuniões seja
409 realizada no auditório Lúcia Almeida. Pediu desculpas pela falta de aviso prévio
410 sobre a reunião, explicando que o horário só foi fixado na noite anterior. Ele
411 enfatizou a importância de coordenar as atividades dos órgãos gestores para
412 evitar conflitos nas agendas e garantir que todos os envolvidos saibam o que
413 está sendo planejado. Ele mencionou a convocação da Atrela Consultoria, que
414 presta serviços em diversas cidades do Amazonas, para discutir sua pesquisa
415 sobre a aplicação da LPG, que identifica desafios enfrentados pelos fazedores
416 de cultura. Propôs que a Atrela apresentasse seus dados durante a reunião,
417 buscando a anuência dos conselheiros para formalizar esse convite. Ele também
418 abordou a necessidade de um diálogo aberto com a Atrela, ressaltando a
419 importância de uma abordagem profissional em todas as interações. pediu que
420 fosse feita uma votação para aprovar a convocação da Atrela para apresentar
421 suas análises, reforçando a ideia de colaboração e a necessidade de evitar
422 disputas internas sobre a atuação da consultoria. **Luciane Ituassú** esclareceu a
423 posição da Atrela Consultoria em relação ao Conselho. Ela enfatizou que a
424 empresa não deve satisfação ao Conselho e que este não possui poder de
425 fiscalização sobre suas atividades. Explicou que a responsabilidade pela
426 contratação e supervisão dos serviços prestados pela Atrela é da entidade que
427 a contratou, e não do Conselho. Destacou a importância de os conselheiros
428 manterem um relacionamento próximo com a Atrela para compreender as ações
429 que a consultoria está desenvolvendo. Isso seria útil para que, quando
430 confrontados pelos fazedores de cultura, eles pudessem falar com propriedade
431 sobre o que está sendo realizado. Fez um apelo para que, durante a reunião,
432 todos se lembrem dessa distinção para evitar discussões indesejadas ou
433 constrangimentos. Reiterou que a Atrela é uma empresa privada e que a
434 fiscalização deve se concentrar nos recursos oriundos do Fundo Estadual de
435 Cultura, os quais a Atrela não está utilizando. Ela também sugeriu que, caso os
436 conselheiros recebam denúncias ou reclamações sobre a Atrela, os fazedores
437 de cultura devem ser orientados a procurar as gestões municipais ou o Ministério

438 Público para tratar dessas questões, em vez de buscar resolução diretamente
439 com o Conselho. Finalizando, reafirmou que seu objetivo era fornecer essa
440 orientação de forma construtiva, visando uma comunicação mais clara e eficiente
441 entre todos os envolvidos. **Luciane Ituassú** questionou o conselheiro André
442 Durand sobre sua afirmação de que a Atrela Consultoria "se infiltrou" em uma
443 reunião de conselho, esclarecendo que a reunião em questão não era uma
444 reunião de conselho de estado. **O conselheiro André Durand** reafirmou sua
445 posição, mencionando que a Atrela não cumpriu com os acordos estabelecidos
446 e recebeu pagamentos antes mesmo de os proponentes receberem qualquer
447 suporte. Ele destacou que essa situação é um agravante que merece atenção.
448 Argumentou que, embora Luciane tenha afirmado que a Atrela é uma empresa
449 privada e não deve prestar esclarecimentos ao conselho, ele acredita que a
450 presença da empresa em uma plenária onde conselheiros possam questionar
451 sua atuação é inadequada. Ele esclareceu que a reunião mencionada ocorreu
452 entre secretários municipais de cultura do Amazonas, onde conselheiros
453 também estavam presentes, e que foi um espaço de discussão sobre a gestão
454 cultural municipal. **Luciane Ituassú** corrigiu o conselheiro André Durand,
455 afirmando que a reunião em questão não era uma reunião do conselho, mas sim
456 uma reunião de gestores municipais. Ela questionou se a Atrela foi contratada
457 por alguma prefeitura. **O conselheiro André Durand**, por sua vez, expressou
458 sua indignação, afirmando que a Atrela não foi apenas contratada, mas imposta,
459 enfatizando sua revolta em relação à situação. **Luciane Ituassú** perguntou se a
460 pessoa que assinou o contrato estava sendo forçada com uma arma na cabeça.
461 **O conselheiro André Durand** esclareceu que, embora não houvesse uma arma
462 envolvida, havia pessoas influentes fazendo lobby para a empresa. Ele então
463 expressou sua frustração, afirmando que não pode aceitar uma empresa que,
464 segundo ele, não está cumprindo seu papel. Ressaltou que foi ameaçado nas
465 redes sociais, o que o deixou ainda mais preocupado com a situação dos
466 fazedores de cultura. Ele enfatizou que, quando um contrato é firmado, deveria
467 haver um compromisso de assessoria até o final do projeto, e que
468 frequentemente recebe reclamações de artistas sobre a qualidade do serviço
469 prestado. **Luciane Ituassú** então reiterou que sua intenção não era ofender
470 ninguém, mas apenas esclarecer as competências que devem ser exercidas
471 pelo conselho. Ela enfatizou a importância de definir claramente os papéis e
472 responsabilidades, para garantir que todos compreendam as limitações e as
473 funções que o conselho possui em relação às empresas privadas, como a Atrela.
474 Buscou reforçar a necessidade de um diálogo construtivo e respeitoso, sempre
475 visando o bem-estar dos fazedores de cultura e a qualidade dos serviços
476 prestados. Ressaltou que, se a Atrela é uma empresa prestadora de serviços
477 contratada por um fazedor de cultura, e não diretamente pela prefeitura, o

478 responsável por qualquer problema na execução desse serviço seria o Procon.
479 Ela destacou que, nesse caso, o Procon é o órgão competente para lidar com
480 questões relacionadas a contratos e serviços não cumpridos adequadamente.
481 Enfatizou a importância de que os fazedores de cultura conheçam seus direitos
482 e saibam a quem recorrer em situações de insatisfação com prestadores de
483 serviços. **O PRESIDENTE** interveio, enfatizando que a preocupação do André
484 não era mal-intencionada, mas sim uma expressão de uma dor legítima. **Luciane**
485 **Ituassú** acrescentou que é fundamental compreender essa dor, que é
486 compartilhada por muitos conselheiros. Ela ressaltou que, embora os
487 questionamentos sobre a situação da Atrela sejam válidos e importantes para o
488 feedback do conselho, os conselheiros devem ter clareza sobre suas
489 competências. Reafirmou que o conselho não possui o poder de fiscalizar ou
490 punir, o que deve ser respeitado para evitar confusões e atropelos nas funções
491 de cada um. **Thiago Hermido** enfatizou a importância de esclarecer a situação,
492 deixando tudo "clarinho". Ele ressaltou que a intenção de discutir esses temas
493 com o conselho é uma forma de auxiliar e proteger o próprio conselho em sua
494 atuação. Ele explicou que, individualmente, conselheiros podem buscar as
495 prefeituras em situações específicas, mas em reuniões com gestores, é
496 importante lembrar que essas são organizadas pelos próprios secretários
497 municipais, que se comunicam em grupos como WhatsApp. Alertou que o
498 cuidado é necessário para que não haja confusão sobre o funcionamento do
499 conselho e suas atribuições. Ele reiterou que a discussão não deve gerar
500 questionamentos sobre o modus operandi do conselho em relação a questões
501 que não são de sua competência. Para finalizar, ele se colocou à disposição para
502 orientar os conselheiros sobre como lidar com a situação, oferecendo ajuda para
503 identificar os meios adequados de denúncia ou contato com os municípios. **O**
504 **PRESIDENTE** expressou sua gratidão a Thiago, ressaltando a importância de
505 manter a reunião dentro do horário estipulado, uma vez que já era 16h30 e a
506 discussão ainda pendente sobre as ações da PNAB era crucial para todos os
507 presentes. Ele destacou que ignorar a empresa Atrela não seria benéfico; ao
508 contrário, era necessário trazê-la para mais perto do conselho. Observou que,
509 embora algumas ações da empresa possam parecer imorais, não eram ilegais,
510 e advertiu os conselheiros a não se exporem politicamente em relação às
511 municipalidades, pois isso poderia resultar em mais problemas no futuro. Ele
512 reiterou que questões sérias, como desvio de recursos, deveriam ser levadas ao
513 Ministério Público, não ao conselho, pois este último não tinha a capacidade de
514 resolver tais situações. A necessidade de clareza nas atribuições do conselho
515 foi enfatizada, para evitar a criação de mais conflitos e inimigos. Solicitou a
516 colaboração dos conselheiros para que buscassem soluções em vez de
517 alimentarem ressentimentos contra a Atrela. Ele sugeriu que, se o serviço

518 prestado pela empresa não estivesse à altura, poderiam trabalhar em conjunto
519 para orientá-la e melhorar sua atuação, ressaltando que a empresa tinha a
520 responsabilidade de lidar com diversos municípios. **O conselheiro Vanderley**
521 **Pinheiro** começou sua fala de maneira direta e objetiva, afirmando que ninguém
522 deveria se submeter a ninguém durante as discussões. Ele destacou que cada
523 membro do conselho, incluindo o presidente e André, possui suas próprias
524 opiniões. Expressou que foi duramente criticado por intervir em favor dos
525 fazedores de cultura de Itacoatiara, reiterando que sua postura é baseada na
526 defesa desses artistas. Ele afirmou que a presença da empresa em questão no
527 município se deve unicamente a apadrinhamentos de gestores públicos. Deixou
528 claro que não está disposto a se curvar ou a agradar a ninguém, reafirmando
529 seu posicionamento firme. Ele também ressaltou que seu segmento cultural, o
530 circo, está totalmente alinhado com sua perspectiva e que ele representa essas
531 vozes dentro do conselho. **O conselheiro Ludimar Kokama** iniciou sua fala
532 reiterando a importância de uma comunicação clara nas convocações para
533 reuniões. Ele solicitou que essas convocações sejam compartilhadas dentro dos
534 grupos, especialmente na plenária, onde todos os conselheiros estão presentes,
535 destacando que eles estão ali para representar o conselho. Também abordou a
536 questão da empresa Atrela, enfatizando que, como mencionado pela advogada,
537 trata-se de uma empresa particular. Portanto, a responsabilidade pelos contratos
538 e a cobrança dos serviços prestados cabe aos municípios ou aos próprios
539 fazedores de cultura. Ele levantou uma preocupação sobre o comitê de cultura,
540 questionando sua constituição e propósito. Sugeriu que o comitê fosse
541 convocado para uma discussão na plenária, a fim de esclarecer sua função e
542 como ele se relaciona com o trabalho que o conselho já vem realizando. **O**
543 **conselheiro André Durand** apoiou a sugestão do conselheiro Ludimar,
544 destacando a importância de que os convites para reuniões sejam
545 compartilhados em todos os grupos oficiais do conselho. Ele pediu que o
546 presidente tenha a sensibilidade de convocar todos os membros coletivamente.
547 Além disso, André ressaltou a necessidade de informar sobre a composição do
548 comitê de cultura, para que o conselho possa ter um feedback claro sobre as
549 ações e os integrantes desse grupo. **O PRESIDENTE** informou que, na última
550 reunião ordinária realizada no mês anterior, foi feita uma solicitação de
551 convocação do comitê pela assessoria, mas esta não recebeu resposta, pois os
552 membros do comitê estão atualmente envolvidos em atividades no interior. Ele
553 mencionou que a convocação foi feita com um dia de antecedência, conforme o
554 procedimento habitual. Destacou que, quando não pode representar o conselho,
555 costuma convidar todos os membros, e sugeriu que, sempre que um convite for
556 recebido, este seja automaticamente compartilhado com todos os conselheiros,
557 tanto titulares quanto suplentes, para garantir que todos estejam cientes de suas

558 representações. Além disso, ele ressaltou a necessidade de ser pragmático
559 sobre a data e horário em que a consultoria Atrela se reunirá com o conselho, e
560 se essa será uma reunião extraordinária. Confirmou que o comitê de cultura
561 estará presente na reunião de ações coordenadas da PNAB na segunda-feira.
562 **Luciane Ituassú** iniciou sua fala enfatizando a importância de esclarecer as
563 finalidades e ações que estão sendo desenvolvidas por todos os envolvidos, com
564 o objetivo de evitar atropelamentos de informações durante as discussões. Ela
565 acredita que a reunião convocada proporcionará aos conselheiros a
566 oportunidade de compreender melhor as atividades e responsabilidades de cada
567 grupo. **O PRESIDENTE**, por sua vez, assegurou que haverá espaço para que
568 todos os participantes tenham até 10 minutos para apresentar suas ações e
569 planos referentes à PNAB. Ele sublinhou que sua intenção não é cercear a
570 palavra de ninguém, mas que, devido à limitação de tempo, é essencial que
571 todos sejam mais pragmáticos nas suas colocações. Expressou um desejo de
572 conduzir a reunião de forma eficiente e respeitosa, evitando interrupções
573 desnecessárias. Em seguida, ele pediu sugestões de datas para convocar a
574 consultoria Atrela, destacando que essa decisão deve ser colocada em votação.
575 **O conselheiro André Durand** aproveitou a oportunidade para sugerir que os
576 conselheiros titulares convoquem uma reunião extraordinária, lembrando que
577 todos têm um compromisso na sexta-feira, que se refere à primeira reunião
578 legislativa. André defendeu que a extraordinária com a Atrela seria relevante
579 para avançar nas discussões e obter mais informações. **O PRESIDENTE**,
580 entretanto, demonstrou não estar ciente da agenda legislativa mencionada por
581 André e perguntou se os demais conselheiros estavam de acordo em convocar
582 também o comitê de cultura para uma reunião extraordinária. Ele ressaltou que
583 ainda há incertezas sobre o papel do comitê em relação ao conselho, já que o
584 conselho é uma entidade mais antiga e estabelecida. Essa falta de clareza pode
585 causar confusões e mal-entendidos sobre as responsabilidades de cada grupo.
586 Sugeriu que as reuniões não fossem agendadas para o mesmo dia, a fim de
587 evitar confusões logísticas e permitir que todos os conselheiros possam
588 participar de ambas as discussões. Essa proposta visava garantir que cada
589 reunião tivesse a atenção e a participação necessárias para um debate produtivo
590 e eficaz. **O conselheiro Dudson Carvalho** questionou a inclusão do comitê e
591 da consultoria Atrela na reunião marcada para segunda-feira, buscando
592 entender qual seria a pauta e a relevância da participação de Atrela nesse
593 contexto. Ele expressou a dúvida sobre como a Atrela, como uma entidade
594 privada, se encaixaria nas discussões, considerando que suas ações estão
595 vinculadas a contratos específicos com municípios. **O PRESIDENTE** esclareceu
596 que a Atrela participaria da reunião como parte da sociedade civil, destacando
597 que realiza ações da PNAB em diversos municípios. O objetivo principal da

698 reunião seria estabelecer um calendário das ações, permitindo que diferentes
699 órgãos e empresas coordenem suas atividades. Essa abordagem visa evitar
700 sobreposições e maximizar a cobertura das ações culturais. **O conselheiro**
701 **Dudson Carvalho** reiterou sua posição, enfatizando que, embora compreenda
702 a necessidade de um diálogo entre as esferas federal, estadual e municipal,
703 acredita que as questões particulares relacionadas aos contratos individuais não
704 devem ser discutidas no âmbito do conselho. Ele afirmou que, mesmo sendo
705 conselheiro, se identifica com as preocupações de seus colegas e se sente no
706 direito de defender as questões que afetam os fazedores de cultura, reafirmando
707 seu papel e compromisso dentro do conselho. Expressou sua concordância com
708 as preocupações levantadas, afirmando que, embora reconheça que algumas
709 questões possam não estar diretamente relacionadas ao âmbito do conselho,
710 ele se sente compelido a abordar as dores dos fazedores de cultura. No entanto,
711 ele destacou sua dificuldade em compreender a relevância de discutir contratos
712 de empresas específicas em um contexto que envolve diferentes esferas de
713 governo, como federal, estadual e municipal. Ele pediu desculpas pela confusão
714 e esclareceu que estava apenas sugerindo ao presidente que, dado o anseio
715 demonstrado pelos conselheiros, poderia ser interessante reconsiderar a forma
716 como as reuniões são organizadas e as pautas definidas. **O conselheiro Álvaro**
717 **Smont** também pediu que a doutora Luciane repetisse uma informação,
718 indicando que a discussão estava em andamento e que a comunicação clara era
719 essencial para todos os participantes, especialmente aqueles que estavam
720 acompanhando online. **Luciane Ituassú** sugeriu ao presidente que, levando em
721 conta o interesse dos conselheiros em conhecer as ações desenvolvidas pela
722 Trela, seria mais apropriado criar uma pauta separada para esse assunto. Ela
723 argumentou que isso permitiria uma conversa mais livre e aprofundada,
724 enquanto a pauta da reunião de segunda-feira poderia focar nas ações dos
725 demais entes organizacionais, possibilitando uma melhor compreensão das
726 ações coordenadas. **O conselheiro Álvaro Smont** expressou seu apoio à
727 sugestão, afirmando que a proposta é válida e que concorda com a ideia
728 apresentada. **O PRESIDENTE** sugeriu que a assessoria desconvidasse a
729 empresa Atrela da reunião de segunda-feira, propondo remanejar a agenda para
730 quarta-feira. Ele explicou que, ao fazer isso, poderiam organizar uma
731 extraordinária que incluísse uma hora para a Atrela e uma hora para o comitê
732 gestor. O objetivo era realizar tudo em um único dia, evitando a necessidade de
733 duas reuniões na mesma semana. **O conselheiro André Durand** iniciou sua
734 fala pedindo que a questão sobre a convocação da Atrela fosse colocada em
735 votação. Ele expressou sua estranheza sobre o fato de o conselho ter convocado
736 a empresa e não ter recebido uma justificativa para a ausência dela em reuniões
737 anteriores. André sugeriu que, após a votação, fossem compartilhados registros

638 para respaldar o conselho em futuras convocações, especialmente em relação
639 à presença da Atrela. Na sequência, ele recapitula as sugestões discutidas
640 anteriormente e solicita que a proposta de remanejar a data para a reunião com
641 a Atrela seja votada. Ele enfatizou a importância de evitar agendar duas reuniões
642 na mesma semana, argumentando que isso poderia dificultar a participação de
643 todos os conselheiros. Trouxe à tona uma atualização relevante: a prorrogação
644 dos prazos para a execução dos projetos da Lei Paulo Gustavo, que agora se
645 estenderá até julho de 2025. Ele destacou que essa mudança beneficiaria os
646 fazedores de cultura no interior, permitindo que eles pudessem executar seus
647 projetos com mais tranquilidade. **O PRESIDENTE** abriu a reunião, reiterando
648 que, conforme discutido, as reuniões com a Atrela e o comitê de cultura seriam
649 separadas, cada uma com duração de uma hora. Ele sugeriu a quarta-feira da
650 semana seguinte como a data para essas reuniões, mas mencionou a
651 necessidade de consultar sobre a disponibilidade do espaço. Durante a
652 conversa, ele comentou sobre a data proposta, que seria no dia 16 de outubro,
653 mencionando que essa data seria dois dias antes de seu aniversário e brincou
654 sobre receber presentes. Confirmou que a reunião extraordinária estava
655 oficializada para esse dia, às 14 horas. Na sequência, ele trouxe à tona a próxima
656 pauta, que era o cronograma e o planejamento das ações da PNAB. Solicitou
657 esclarecimentos à doutora Luciane sobre o que estava acontecendo no processo
658 do CETAM, expressando a preocupação de que as ações começassem logo e
659 que houvesse recursos disponíveis. Ele mencionou que, se um documento fosse
660 enviado até aquele dia, ele poderia ser recebido no fim do mês, enfatizando a
661 importância de ter dinheiro disponível para as ações planejadas. Em seguida, **o**
662 **conselheiro André Durand** iniciou a votação sobre a convocação da Atrela. Ele
663 perguntou aos conselheiros que eram a favor e que eram contra a presença da
664 empresa na reunião. Após contar os votos, ficou decidido que não haveria
665 convite à Atrela para a reunião extraordinária. Com a decisão tomada, André
666 colocou em votação uma nova proposta: realizar uma reunião extraordinária que
667 incluísse tanto a Atrela quanto o comitê de cultura. Ele conduziu a votação e,
668 após contagem dos votos, a proposta foi aprovada, com a maioria dos
669 conselheiros se manifestando a favor da inclusão da Atrela e do comitê na
670 mesma reunião. Dessa forma, ficou estabelecido que a reunião extraordinária
671 abordaria as ações coordenadas da Atrela em conjunto com o comitê de cultura,
672 buscando assim uma maior integração entre as partes envolvidas. **Luciane**
673 **Ituassú** pediu a colaboração de todos para enviar os documentos até às 6:00 da
674 manhã, para que a equipe pudesse fechar as folhas necessárias. Em seguida,
675 ela trouxe uma atualização rápida sobre as ações nos interiores, reconhecendo
676 a longa demanda existente e a dificuldade de execução das mesmas. Ela
677 destacou que, devido à estiagem, o planejamento inicial de alcançar 36

678 municípios foi reduzido, e a expectativa agora é conseguir atender cerca de 20.
679 Expressou esperança de que a cheia dos rios ocorra mais rapidamente, assim
680 como a estiagem chegou de forma antecipada. Mencionou que já existe um
681 calendário pré-definido para iniciar as ações no interior, com previsão de início
682 para o dia 15 de outubro. Ressaltou a necessidade de trabalhar com equipes
683 fluviais e terrestres para aumentar o número de municípios atendidos. Em
684 relação aos processos de contratação, ela explicou que os ajustes para
685 passagens e hospedagens estão em fase final. O processo de hospedagem está
686 quase pronto para celebração, aguardando a solicitação de crédito para efetivar
687 o empenho. Espera que esses processos estejam finalizados até sexta-feira. Ela
688 concluiu sugerindo que a pauta de cronograma fosse discutida para fechar as
689 ações planejadas. **O PRESIDENTE** pediu a atenção de todos, reconhecendo
690 que a concentração pode ser afetada após uma reunião longa. Ele enfatizou a
691 importância de entender as propostas que estavam sendo apresentadas, já que
692 isso impactaria o processo dos editais em discussão. Em seguida, ele convidou
693 a doutora Anne para falar. **Anne Paiva** iniciou sua apresentação perguntando
694 aos participantes se já tinham tido a oportunidade de visualizar os editais e seus
695 cronogramas. Ela enfatizou que todos os editais que foram lançados possuem
696 um prazo de encerramento unificado, estabelecido para o dia 17, o que significa
697 que restam menos de 10 dias para a inscrição. Em seguida, abordou a crítica
698 situação do estado, ressaltando os impactos da seca que afetam a população e,
699 conseqüentemente, dificultam o processo de inscrição nos editais. Ela enfatizou
700 que muitas pessoas enfrentam desafios para se inscreverem devido a essa
701 realidade climática adversa. Além disso, destacou a relevância das ações de
702 busca ativa, que são iniciativas projetadas para facilitar a inscrição das pessoas
703 nos editais. Essas ações têm como objetivo ajudar os cidadãos a se cadastrarem
704 corretamente, garantindo que suas demandas e necessidades sejam
705 reconhecidas e atendidas de forma mais eficiente. A ideia central da busca ativa
706 é promover uma maior inclusão e acesso aos recursos disponíveis, permitindo
707 que mais pessoas possam participar dos programas oferecidos. **Luciane**
708 **Ituassú** destacou que a pauta em questão é uma demanda que já existe há
709 algum tempo. Ela enfatizou a responsabilidade da Secretaria, do conselho e do
710 estado em garantir melhor acesso à cultura para as pessoas do interior,
711 especialmente para aquelas que enfrentam dificuldades para se deslocar até a
712 capital e que não têm acesso a uma internet de qualidade. Ela explicou que a
713 proposta sendo apresentada visa atender principalmente essa população,
714 reconhecendo que a maioria dos conselheiros reside em Manaus. Sublinhou a
715 importância de considerar as especificidades do interior na formulação de
716 políticas e ações, ressaltando a necessidade de promover inclusão e facilitar a
717 participação de todos no processo cultural. **Anne Paiva** ressaltou que, embora

718 a maioria dos conselheiros resida em Manaus e haja poucos representantes do
719 interior, é fundamental atender todo o estado, incluindo suas diversas realidades.
720 Ela explicou que uma das estratégias da Secretaria de Cultura e Economia
721 Criativa é aumentar o prazo de inscrições para facilitar o acesso às ações
722 culturais. Também mencionou a importância de ir até os municípios para realizar
723 inscrições e esclarecer dúvidas pessoalmente, pois, apesar da disponibilidade
724 de recursos online, como o site e o WhatsApp, a interação direta é mais eficaz.
725 **Luciane Ituassú** começou sua fala enfatizando a importância da proposta em
726 discussão, buscando que todos compreendessem os benefícios do que está
727 sendo sugerido. Ela destacou que, com a prorrogação do prazo para inscrição
728 nos editais, as pessoas não só teriam mais tempo para ler e entender os
729 requisitos, mas também para desenvolver seus projetos. Essa extensão
730 permitiria à equipe proporcionar oficinas e capacitações, uma demanda
731 frequente que ela recebe. Essa capacitação é vista como uma forma de
732 fortalecer a cultura local, promovendo um legado que perdure na gestão. Fez
733 referência ao ex-secretário Marcos Apolo, que frequentemente falava sobre a
734 importância de deixar um legado positivo na Secretaria de Cultura. Para ela, essa
735 proposta de prorrogação se alinha com essa visão de melhoria e ampliação do
736 acesso aos recursos culturais. Ela contextualizou a propositura mencionando
737 uma reunião convocada pelo Ministério da Cultura, onde foi discutida a
738 prorrogação do PNAB. Alertou que muitos estados e municípios ainda enfrentam
739 dificuldades na execução de seus projetos, e que essa prorrogação é uma
740 resposta a esse cenário desafiador. A proposta inclui a prorrogação das
741 atividades do PNAB para 2025, reconhecendo a complexidade da situação
742 enfrentada por centros culturais em todo o Brasil. Luciane informou que, apesar
743 de estarem no exercício de 2024, a execução do PNAB de 2023 ainda está em
744 andamento. Assim, a equipe se vê desafiada a conciliar os diferentes exercícios
745 do programa. Ela concluiu ressaltando a importância de ter um planejamento
746 bem estruturado, que não apenas atenda às demandas imediatas, mas que
747 também proporcione um serviço de qualidade e efetividade na execução das
748 políticas culturais. Essa abordagem é vista como fundamental para o
749 fortalecimento do setor cultural no estado. **Anne Paiva** retomou a discussão
750 pedindo para que os novos prazos, previamente estudados pela equipe, fossem
751 apresentados. Ela destacou que essas mudanças visam melhorar processos que
752 foram questionados pela sociedade civil, especialmente no que diz respeito às
753 justificativas dos avaliadores em relação às notas atribuídas. Ela enfatizou que
754 essa alteração nas datas é fundamental para aumentar a transparência e a
755 clareza no processo de avaliação. Anne também mencionou que os prazos
756 atuais, muitas vezes, são muito apertados, resultando em uma corrida para a
757 execução, como aconteceu com o LPG, que exigiu que a equipe trabalhasse de

758 forma acelerada até o final do ano. Essa pressa, segundo ela, prejudicou a
759 qualidade do trabalho. Assim, o objetivo principal da proposta é garantir um
760 processo mais organizado e de maior qualidade, permitindo que todos os
761 envolvidos tenham tempo suficiente para se preparar e desenvolver seus
762 projetos adequadamente. **O PRESIDENTE** destacou a necessidade de refletir
763 sobre a situação prática enfrentada pelo grupo. Ele lembrou que a nova gestão
764 foi empossada em maio e que, devido a isso, perdeu-se uma parte significativa
765 do ano. Essa transição dificultou a adaptação e o início efetivo das atividades.
766 Ele ressaltou que a atual proposta representa uma janela de oportunidade,
767 permitindo que a equipe execute o trabalho necessário. Com a extensão do
768 plano de ações, que originalmente iria até dezembro, agora se estende até
769 março. Isso possibilita não apenas a fase de instrução e sensibilização que
770 ocorrerá em outubro e novembro, mas também um período adicional para
771 monitoramento das ações. A intenção é garantir maior qualidade em todo o
772 processo, mas ele enfatizou que o pagamento aos fazedores de cultura só
773 ocorrerá em março de 2025. Portanto, a execução dos projetos começará em
774 abril, uma vez que os proponentes só receberão os recursos no mês
775 subsequente. Isso significa que, embora os projetos possam ser iniciados, a
776 liberação dos pagamentos será gradual, impactando o planejamento e a
777 execução das atividades culturais. **Luciane Ituassú** explicou a razão pela qual
778 os pagamentos estão previstos para março. Ela destacou que a Secretaria de
779 Cultura não tem autonomia para efetuar esses pagamentos diretamente; a
780 aprovação e liberação dependem da Secretaria de Finanças do estado, a Sefaz.
781 Ela esclareceu que, no mês de janeiro, a Sefaz fica fechada, e em fevereiro,
782 apenas na segunda quinzena começam a abrir procedimentos. As prioridades
783 durante esse período incluem contratos administrativos essenciais, como
784 segurança e limpeza, que garantem a manutenção dos serviços públicos. Para
785 o pagamento de premiações e editais de políticas públicas, é necessário que o
786 estado abra um procedimento chamado superávit. Este superávit não se
787 restringe à Secretaria de Cultura, mas deve envolver todos os órgãos do estado.
788 Essa abertura do sistema só ocorre entre o final de fevereiro e março. Ela
789 também fez uma referência ao ano anterior, onde houve a mesma situação,
790 resultando na frustração dos fazedores de cultura, pois os pagamentos foram
791 adiados. Para evitar essa frustração novamente, a equipe está estabelecendo
792 um cronograma realista e trabalhando com a previsão de pagamentos para
793 março de 2025. **O PRESIDENTE** fez um importante esclarecimento sobre os
794 pagamentos aos fazedores de cultura. Ele enfatizou que, apesar dos esforços
795 da assessoria para acelerar esses pagamentos, é essencial lembrar que há
796 recursos destinados à Cultura em circulação. Isso inclui outros editais e
797 iniciativas, como o Petrobras Cultural. Ele destacou que, ao contrário do cenário

798 anterior, quando a Cultura enfrentava uma longa espera sem recursos, a
799 situação agora é diferente, permitindo uma maior agilidade. Expressou sua
800 preocupação em não prometer prazos que não possam ser cumpridos,
801 reafirmando que os pagamentos estão previstos para março de 2025. Ele pediu
802 que, se houver qualquer atraso, isso seja cobrado de maneira firme, mas
803 ressaltou que a partir de março é o último prazo viável para que os pagamentos
804 sejam efetivados. Ele também mencionou que, embora inicialmente fosse contra
805 a proposta de adiamento, percebe agora que, se o objetivo é evitar atropelos no
806 processo, é preferível adotar um caminho mais cuidadoso. **O conselheiro André**
807 **Durand** pediu à assessoria de políticas culturais que mantivesse o conselho
808 informado sobre todas as ações, enfatizando que tudo deve passar pela
809 aprovação do conselho. Ele mencionou que, recentemente, foi publicado um
810 prazo de execução dos projetos, mas essa informação não foi discutida
811 previamente com os conselheiros. **Anne Paiva** respondeu que a data foi votada
812 anteriormente, mas não foi especificada. **O conselheiro André Durand**
813 destacou a importância da comunicação entre a assessoria e o conselho,
814 sugerindo que, após as eleições de 27 de outubro, a partir do dia 28, as ações
815 culturais poderiam ser intensificadas, especialmente as relacionadas às equipes
816 fluviais. Ele ressaltou que, nesse período, seria mais fácil organizar e filtrar o
817 transporte, uma vez que havia relatos de problemas com a empresa de
818 transporte Jato, que não estava cumprindo o trajeto direto conforme esperado.
819 Também observou que, com as recentes chuvas em algumas regiões, a situação
820 poderia melhorar gradativamente, o que exigiria uma melhor preparação para as
821 ações que viriam a seguir. **O conselheiro André Durand** iniciou a discussão
822 ressaltando a importância de uma preparação mais adequada para os próximos
823 passos, expressando gratidão pela oportunidade de abordar essas questões. **O**
824 **conselheiro Ludimar Kokama** fez uma primeira indagação sobre a
825 plausibilidade do adiamento do envio das propostas do edital, questionando se
826 esse movimento era viável. **Luciane Ituassú interveio**, confirmando que o
827 recurso da PNAB está disponível, embora ainda não tenha sido empenhado. Ela
828 acrescentou que, nesse período, o recurso tem gerado rendimentos, o que
829 poderia ser um ponto positivo para a gestão financeira. Em seguida, **o**
830 **conselheiro Ludimar Kokama** enfatizou a necessidade de que a equipe
831 consiga se deslocar para os municípios do interior. Ele destacou a importância
832 de realizar um trabalho efetivo, permitindo que os fazedores de cultura, a quem
833 se referiu carinhosamente como "nossos parentes", tenham acesso ao cadastro.
834 Esse acesso seria fundamental para que eles pudessem formular seus projetos
835 e concorrer às vagas disponíveis no edital. Também ressaltou a relevância de
836 transmitir essas informações com serenidade aos fazedores de cultura do
837 estado. Ele enfatizou a necessidade de orientação clara sobre o processo legal

838 que os envolvidos devem seguir, garantindo que os fazedores de cultura
839 compreendam as etapas necessárias para ter o direito de participar dos editais.
840 A insistência na orientação contínua foi um ponto destacado, refletindo a
841 preocupação em assegurar que todos os envolvidos estejam bem informados e
842 preparados para participar de forma efetiva. **Luciane Ituassú** sobre a proposta
843 referente ao evento marcado para o dia 28 de outubro. Ela expressou confiança
844 de que não haveria problemas quanto a isso, mencionando que, se as condições
845 forem favoráveis, a equipe poderá chegar a mais lugares do que o inicialmente
846 previsto na proposta. No entanto, Luciane também ressaltou que não seria
847 produtivo permanecer inerte até essa data. Por isso, sugeriu que a equipe
848 considerasse a possibilidade de desenvolver algumas ações na capital ou nos
849 municípios da região metropolitana, buscando iniciativas que pudessem ser
850 implementadas de forma mais imediata. **O PRESIDENTE** começou sua fala
851 lembrando a discussão da última reunião, em que foi abordada a divisão dos
852 trechos em pluviais e terrestres. Ele enfatizou a necessidade de, após o dia 13,
853 começar a planejar o calendário para as atividades nos trechos terrestres,
854 incluindo as zonas metropolitanas. O presidente alertou para a importância de
855 não adiar o início das atividades para o dia 11, pois isso limitaria o tempo
856 disponível para realizar as oficinas necessárias. Ele sugeriu que o ideal seria
857 iniciar entre os dias 14 e 17, destacando que, se começassem no dia 17, teriam
858 30 dias para cumprir o cronograma, o que permitiria realizar todas as ações até
859 o último dia previsto no edital. **Luciane Ituassú** interveio, solicitando um
860 momento para registrar a proposta que estava sendo apresentada para votação
861 no Conselho Estadual de Cultura. Ela explicou que a proposta implicava na
862 alteração do cronograma de execução dos editais da Política Nacional Aldir
863 Blanc. O período de inscrições, que atualmente termina em 17 de outubro, seria
864 prorrogado para 17 de novembro de 2024. A publicação da lista de proponentes
865 inscritos ocorreria em 21 de novembro, e o prazo para apresentação de recursos
866 seria até 25 de novembro. A resposta a esses recursos, assim como a publicação
867 da lista final de inscritos, seria feita em 27 de novembro. Detalhou ainda as
868 etapas seguintes: a ata da comissão de seleção de projetos seria publicada em
869 13 de janeiro de 2025, com prazo para apresentação de recursos até 16 de
870 janeiro, e a resposta aos recursos e resultado final de contemplação em 20 de
871 janeiro de 2025. O período para apresentação da documentação no sistema,
872 para a celebração do termo de execução cultural, seria de 20 de janeiro a 10 de
873 fevereiro de 2025. A apresentação da documentação para pagamento após o
874 recebimento do termo assinado estaria prevista até 25 de fevereiro de 2025, com
875 previsão de pagamento para março de 2025. Luciane destacou que o início dos
876 projetos contemplados se daria um mês após o recebimento do recurso em
877 conta. Ela fez um parêntese, lembrando que, conforme discutido anteriormente

878 pelo conselheiro Bjarne da Seduc, houve um aumento na demanda relacionada
879 à ocupação de espaços escolares. Para evitar a burocratização dos editais,
880 decidiram não incluir procedimentos adicionais que poderiam complicar o
881 processo, considerando que tais solicitações pertencem a um órgão diferente.
882 Assim, a proposta de um mês para a execução dos projetos foi estabelecida para
883 que aqueles que necessitassem pudessem buscar a adequação junto aos
884 órgãos competentes, permitindo uma execução mais tranquila e respeitando os
885 prazos do edital. **O conselheiro Wellisson Batista** questionou se a utilização
886 do recurso era obrigatória para começar a execução um mês após o recebimento
887 ou se isso era opcional. **Anne Paiva** esclareceu que os proponentes poderiam
888 executar seus projetos em qualquer momento durante o período em que os
889 editais estivessem abertos, por exemplo, começando a execução em junho ou
890 setembro. Após receber a confirmação de que a execução poderia ser iniciada
891 dentro desse prazo. **O conselheiro André Durand** levantou a questão de como
892 a mudança proposta afetaria a prestação de contas dos proponentes,
893 questionando se o prazo seria até dezembro ou se, ao receber o recurso, teriam
894 um ano adicional para prestar contas. Anne Paiva esclareceu que, de acordo
895 com os editais da PNAB, a prestação de contas deve ser realizada em até 90
896 dias após a finalização do projeto, conforme estipulado no contrato. Assim, se o
897 contrato se estender até fevereiro de 2025, o prazo final para a prestação de
898 contas seria, portanto, 90 dias após essa data, incluindo a apresentação de fotos
899 e vídeos. Em seguida, propôs a votação, sugerindo que todos votassem em
900 bloco sobre o cronograma apresentado pela assessoria de políticas culturais. Ele
901 explicou que a proposta única era para que os membros do conselho
902 expressassem concordância ou discordância em relação ao cronograma. Os que
903 concordassem deveriam permanecer como estavam online. A votação foi
904 realizada e a proposta foi aprovada por unanimidade. **Anne Paiva** informou que,
905 na publicação recente, já estavam disponíveis os nomes dos contemplados e da
906 lista de cadastro reserva. Ela explicou que, utilizando os recursos
907 remanescentes, seria possível contemplar mais três pessoas. **O conselheiro**
908 **André Durand** então sugeriu que a votação fosse feita em bloco para facilitar o
909 processo. Ele pediu que os que concordassem com a proposta permanecessem
910 como estavam, e a aprovação foi confirmada. **Anne Paiva** acrescentou que,
911 atualmente, estavam na fase de recursos e que, assim que a listagem final fosse
912 divulgada, os nomes do cadastro de reserva seriam chamados e incluídos na
913 lista de contemplados. **O conselheiro André Durand** em seguida, informou que
914 a discussão sobre o cronograma da LPG Audiovisual ficaria para a próxima
915 reunião e que algumas considerações finais também seriam adiadas. Ele
916 levantou uma dúvida sobre e-mails encaminhados ao CONEC, que ainda não
917 haviam sido respondidos. Esses e-mails abordavam a situação mencionada pela

918 doutora sobre o ex-secretário, que havia falado sobre deixar um legado, algo que
919 todos desejavam. Também trouxe à tona a preocupação de alguns membros
920 sobre a falta de atualização do site da SEC, que ainda não refletia a nova
921 composição do secretariado. Ele questionou se os conselheiros poderiam fazer
922 indicações para o novo secretário e expressou o desejo de que esse novo
923 secretário fosse proativo e receptivo durante as discussões. **Luciane Ituassú**
924 anunciou que o governador havia nomeado o secretário **Candido Jeremias**
925 **Cumarú Neto**, que anteriormente era o secretário executivo da pasta. Ela
926 destacou que ele já era uma figura conhecida entre os membros do conselho.
927 Mencionou que estava organizando uma reunião para que Cândido pudesse se
928 apresentar formalmente a todos, visando estreitar as relações. Ela explicou que
929 a decisão de adiar uma reunião anterior foi, na verdade, estratégica, para permitir
930 esse alinhamento e garantir que todas as informações relevantes fossem
931 trazidas para a discussão. **O PRESIDENTE** anunciou que a pauta da LPG seria
932 mantida para uma próxima reunião extraordinária, que não se tratava da reunião
933 da comissão, mas que ele precisava de uma atualização urgente sobre o
934 assunto. Ele pediu que as informações fossem compartilhadas de forma informal
935 pelo WhatsApp, para que pudesse informar as partes interessadas que estavam
936 questionando sobre o andamento. Ele mencionou que aguardaria para entender
937 como ficaria a agenda da próxima semana, destacando que já havia uma reunião
938 marcada para segunda-feira, da qual contava com a presença de todos. Essa
939 reunião, junto ao comitê e outros órgãos, era considerada importante para
940 promover um melhor entendimento entre os membros e identificar as
941 responsabilidades de cada um. Também observou que havia várias reuniões
942 programadas para a semana, incluindo uma na quarta e outra na sexta-feira,
943 tornando a agenda bastante cheia. Ele sugeriu que, se possível, encaixaria uma
944 reunião extraordinária na sexta-feira para discutir especificamente o edital da
945 LPG, dada a urgência do tema. Para isso, ressaltou que seria necessário
946 convocar a reunião com 48 horas de antecedência. **Luciane Ituassú** informou
947 que o Ministério da Cultura está iniciando ações para promover uma nova escuta
948 do Plano Nacional de Cultura. Ela relatou que o ministério havia começado a
949 conversar com a equipe no Amazonas para viabilizar oficinas durante o mês de
950 outubro. No entanto, uma segunda reunião que deveria ocorrer não se
951 concretizou, e eles foram surpreendidos com as datas já estabelecidas pelo
952 ministério. Aproveitou para agradecer à conselheira Lucimar, que compartilhou
953 informações relevantes sobre o assunto, embora não pudesse fazer isso em
954 áudio devido a problemas técnicos. Ela mencionou que, posteriormente, a
955 informação seria disponibilizada no grupo para que todos pudessem tomar
956 conhecimento do ofício que o Ministério está circulando. Além disso, anunciou
957 que há datas estabelecidas para os dias 11 e 12 de novembro, que também

958 foram compartilhadas por Lídia com o grupo. Ela destacou que, futuramente, a
959 equipe trabalharia para alinhar essas ações com todos os membros do conselho.
960 **O PRESIDENTE** enfatizou a importância de garantir que os fazedores de cultura
961 do interior consigam participar das atividades programadas. Ele sugeriu que a
962 informação fosse disseminada com antecedência para que pudessem
963 providenciar passagens. Além disso, fez um alerta ao conselheiro Maick para
964 que ajudasse na distribuição dessas informações. **Thiago Hermido** acrescentou
965 que seria ideal contar com os delegados que participaram da conferência
966 nacional, ressaltando que o Ministério da Cultura reconhece a necessidade de
967 alinhar seu robusto, mas fragmentado, Plano Nacional de Cultura. Ele explicou
968 que uma consultoria da ONU está auxiliando o ministério nesse processo e que
969 já há um calendário para passar por todos os estados, com o objetivo de
970 estabelecer metas e objetivos mais claros. mencionou que o evento começaria
971 com falas políticas, seguido de um dia inteiro de oficinas. A previsão é que isso
972 ocorra na escola legislativa da Assembleia, embora ainda houvesse incertezas
973 sobre a confirmação do local. Ele destacou a importância de oficializar os delegados
974 imediatamente, considerando o tempo necessário para que cheguem, já que
975 muitos enfrentam dificuldades para se deslocar. Por fim, Thiago ressaltou que o
976 conselho participará das discussões e da mesa do primeiro dia de debates. Ele
977 informou que ainda haverá solicitações para trazer os delegados do interior para
978 participar financeiramente do evento. **O PRESIDENTE** destacou a importância
979 de ter uma grande presença de participantes no evento, enfatizando que isso
980 demonstra força e organização. Ele ressaltou a necessidade de contar com
981 delegados e pessoas que realmente entendem do assunto, o que ajudaria a
982 impor as demandas e a mostrar que o grupo está coeso. Ele incentivou a
983 mobilização para garantir a participação dos fazedores de cultura do interior,
984 mencionando que, em sua casa, há espaço disponível para acomodar algumas
985 pessoas, e sugeriu o uso de redes para dormir. Lembrou como a comunidade se
986 organizou para a conferência estadual e sugeriu que fossem exploradas opções
987 como caronas, auxílio da defesa civil e outras iniciativas que não envolvessem
988 gastos financeiros imediatos. Ele observou que, caso houvesse recursos
989 financeiros disponíveis, seria ainda melhor para trazer os delegados do interior.
990 Fez menção especial ao conselheiro Bjarne Furtado, desejando boas-vindas
991 após sua recuperação de saúde, e lembrou que, quando a prorrogação da
992 publicação oficial fosse feita, seria importante que ele conversasse com seu
993 órgão para divulgar os procedimentos necessários para ocupações nas escolas.
994 Assim, sem mais manifesto ou assunto para ser tratado em plenário, agradeceu
995 a presença de todos e deu por encerrada está 32ª sessão plenária ordinária,
996 pedindo ainda, que seja providenciada a ata e encaminhada a minuta aos
997 conselheiros para leitura, a qual será aprovada no expediente das próximas

998 reuniões com posterior encaminhamento para arquivamento na secretaria geral
999 do CONEC visando o registro nos arquivos do conselho.

PEDRO HENRIQUE SECATTI CACHEADO

Presidente da 32ª Sessão Plenária Ordinária

MARCOS ANDRÉ DURAND PEREIRA

Secretário Geral da 32ª Sessão Plenária Ordinária

LISTA DE PRESENÇA:

DE FORMA PRESENCIAL:

1. Dudson Campos Carvalho – Titular representante da cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias;
2. Vanderley Pinheiro – Titular representante da cadeira de Circo;
3. Roberto Sá Gomes – Titular representante da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - Aleam;
4. Menciús Benavraham Melo Figueiredo – Titular representante da cadeira de Música;
5. Elson Da Silva Rocha – Titular representante da cadeira de Folclore e Carnaval;
6. Jordania Damasceno Galdino – Titular representante da cadeira de Teatro;
7. Ludimar Nunes Gonçalves – Titular representante da cadeira de Cultura Indígena;
8. Wellisson Brito Batista – Titular representante da cadeira de Cultura Afrodescendente;

DE FORMA REMOTA:

9. Álvaro Serrão Monteiro – Titular representante da cadeira de Literatura;
10. Lucimar Bezerra Marques – Titular representante da cadeira de Cultura Popular de Matriz Ibérica;
11. Bjarne Lima Furtado – Titular representante da Secretaria de Estado de Educação e Desporto - Seduc;
12. Cristina Helena Maia de Oliveira – Titular representante da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas – Sefaz;
13. Rosy Cleia da Silva Seixas – Titular representante da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania;
14. Priscila Sena de Souza – Titular representante da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Amazonas;

ASSESSORIA DE POLÍTICAS CULTURAIS

- 15. Anne Paiva de Alencar – Assessoria de Políticas Culturais;
- 16. Luciane Ituassú – Assessoria de Políticas Culturais;

CONVIDADOS:

- 17. Lydia Lucia Nunes de Sousa – Suplente da cadeira de Cultura Afrodescendente;
- 18. Paulo Cesar Marques Holanda – Suplente da cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias;
- 19. Jady Batista de Castro – Suplente da cadeira de Dança;

AUSENTES:

- 20. Maick José Soares Tavares – Representante das Secretarias Municipais de Cultura do Estado do Amazonas;
- 21. Sérgio Ricardo Monteiro de Almeida – Suplente da Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas – Fepiam;
- 22. Lena Emmanuelle Moreira Pampolha – Suplente da cadeira da Amazonastur;
- 23. Érica dos Santos Nascimento – Titular representante da Superintendência da Zona Franca de Manaus;

ELABORAÇÃO DA ATA:

- 24. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC;

TRANSCRIÇÃO:

- 25. Luan Yano Figueiró Barbosa – Estagiário Equipe CONEC;
- 26. Mirelly Chunia Marques – Estagiária Equipe CONEC.

EQUIPE JURÍDICO ADMINISTRATIVO CONEC:

- 27. Symone Juliana Ribeiro Farias – Técnica Administrativa Equipe CONEC;
- 28. Sérgio Ricardo Mota Cruz – Assessor Jurídico Equipe CONEC;
- 29. Jennyfer Balbi e Silva – Assistente Administrativa Equipe CONEC;

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 30. Eduardo Farias de Souza – Estagiário de T.I. Equipe CONEC;